

GERAL

500 ANOS

Marés deixa a Funai e faz críticas ao governo

Ministro da Justiça diz que o presidente do órgão foi demitido e não se demitiu

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Frederico Marés, deixou o cargo oficialmente ontem, afirmando que o ministro da Justiça, José Gregori, adotou postura “antiindigenista”, “omissa” e “de direita” em relação às questões indígenas. Ele havia anunciado sua decisão de deixar o governo no sábado, antes de voltar à capital federal, vindo de Santa Cruz Cabrália, na Bahia. Marés disse que vinha alertando o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o perigo de violência contra os índios durante as comemorações dos 500 anos desde dezembro. E reclamou do fato de ter sido colocado “à margem” das discussões pelo gabinete de Segurança Institucional da Presidência, chefiado pelo general Alberto Cardoso.

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastasia, assume a presidência da Funai interinamente. A saída de Marés foi mais um momento de constrangimento durante sua passagem pelo governo. Ele pediu audiência ao ministro da Justiça ontem pela manhã para entregar sua carta de demissão, mas acabou deixando o documento com a chefe de gabinete da pasta, Ana Samico.

Demitido – A carta foi entregue às 11 horas. Gregori recusou-se a recebê-lo e limitou-se a, uma hora e meia após Marés ter deixado sua ante-sala, distribuir uma nota à imprensa anunciando a demissão do então presidente da Funai. Segundo o documento, as declarações de Marés à imprensa no fim de semana tornavam desnecessária uma carta de demissão, já que não haveria como mantê-lo no cargo.

No sábado, o presidente da Funai já criticara o governo pela repressão à marcha organizada por líderes indígenas em Santa Cruz Cabrália, que pretendiam chegar a Porto Seguro e entregar um documento ao presidente. A nota diz ainda que o Ministério da Justiça não quer criar polêmica e eventuais críticas à atuação do governo deveriam ter sido feitas no curso da gestão, internamente.

Gregori recusou-se a dar entrevistas e preferiu não comentar as críticas de Marés. Por intermédio de sua Assessoria de Imprensa, contudo, fez questão de frisar que já havia exonerado Marés quando recebeu sua carta de demissão.



Ed Ferreira/AE

Ainda em seu gabinete, Marés recebe apoio do cacique xavante Celestino

Fernando Henrique desmentiu, por intermédio de seu porta-voz, que tenha sido alertado pelo ex-presidente da Funai sobre o clima de tensão na Bahia. “Marés jamais fez referência”, informou Georges Lamazière, no início da noite. “Se alguma falta houve, foi de lealdade da parte dele.”

Deslocado – Nos últimos meses, Marés vinha fazendo críticas ao governo, que não foram bem recebidas por alguns setores. O ex-presidente da Funai fez restrições à mineração em áreas indígenas e falou, durante reuniões com os técnicos da Presidência, que a atividade econômica não seria absorvida pela cultura de algumas tribos. Marés também defendeu a homologação integral

da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, medida que sofre resistência de grupos de grandes fazendeiros e de todos os políticos do Estado.

O ex-presidente da Funai, contudo, acredita que tenha saído do governo por causa da atitude que tomou durante as comemorações dos 500 anos do Descobrimento. Na carta de demissão que entregou ontem, ele afirma que a “omissão” do Ministério da Justiça e o “isolamento” que lhe foi imposto nas festividades fizeram com que tivesse certeza de pedir demissão.

Marés revelou que só não saiu antes para evitar que a situação de hostilidade dos movimentos sociais ficasse ainda pior, já que sempre teve o apoio

dos índios. Ele escreveu ao ministro Gregori que “a violência estava anunciada quando da derrubada do monumento indígena”, em terra pataxó, no início do mês.

Ataque – O ex-presidente da Funai defendia mudança de rumo na política de segurança, com mais diálogo com os movimentos sociais e os índios. Ele disse, no entanto, que viu que “nada disso” tinha acontecido depois que tentou por mais de 20 vezes se comunicar com autoridades do governo federal que estavam cuidando da segurança, na manhã de sábado, quando houve repressão à marcha dos índios.

“Não posso admitir a repressão policial como instrumento de regulação social”, escreveu Marés. Ele fez questão de ressaltar que não trabalharia com “um homem igual” a Gregori. “Não tenho condições de trabalhar com ministros que não assumem brigas”, disse. Marés acredita que José Carlos Dias tenha tentado enfrentar a “direita”, que seria representada pela área militar.

Ele lamentou que Gregori não tenha recebido. “Eu queria a oportunidade de relatar as grandes violações que ocorreram contra os direitos humanos”, disse Marés. O ministro da Justiça acumula também o cargo de Secretário Nacional dos Direitos Humanos. Marés disse que todo o esquema de segurança da festa dos 500 anos foi repressivo e a violência, gratuita. “Pensei em pedir demissão, mas achei que a situação ficaria mais grave”, disse. Marés afirmou que não esperava ser atacado por bombas de gás e balas de borracha, no momento em que acompanhava a marcha dos índios.

O presidente da Funai disse acreditar que Fernando Henrique esteja “equivocado” ao qualificar de fascistas os militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST). Ele acha que isso é “má influência da direita”. Marés afirmou que o governo deveria ouvir mais os movimentos sociais.

Rumores de demissão de Greca voltam a circular

Assessores de FHC afirmam que está “cada vez mais difícil” ministro manter a pasta

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA – O desfecho das comemorações dos 500 anos em Porto Seguro pode precipitar a saída de Rafael Greca do Ministério do Esporte e Turismo. Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso afirmaram ontem que a situação do ministro dentro do governo se tornou insustentável após a série de episódios que transformaram a festa programada na Bahia em cenário de confronto entre manifestantes e policiais. “Está cada vez mais difícil mantê-lo no cargo”, frisou um interlocutor próximo ao presidente.

Segundo a fonte, os episódios do fim de semana foram a gota d’água na decisão do governo de antecipar o afastamento de Greca. “Foi um dia de constrangimento para o presidente”, justificou.

A demissão do ministro vem sendo especulada desde que o seu nome – e de assessores muito próximos no ministério – foi envolvido em denúncias apuradas pelo Ministério Público Federal sobre a máfia dos bingos. Das investigações, resultou uma série de ações impetradas pelos procuradores na Justiça. Uma série de fatores, apesar da avalanche de denúncias, manteve Greca no governo. O mais forte deles é a falta de um nome para substituí-lo entre os quadros disponíveis no PFL, partido ao qual o ministro é filiado. Além de não ter um nome, o PFL não abre mão do controle do ministério, embora tenha deixado de dar respaldo político à Greca.

Também pesou na decisão de manter o ministro a avaliação do governo de que faltaria consistência às denúncias feitas pelo Ministério Público. Colaboradores próximos ao presidente afirmam que nada ficou comprovado contra Greca e, na verdade, o que lhe falta é traquejo político para lidar com as artimanhas do poder e responder aos seus adversários.

Por isso, o presidente Fernando Henrique e outros membros do governo vêm defendendo a idéia de que o mi-

nistro reassuma sua vaga na Câmara, onde ainda desfruta de um mandato como deputado, para conquistar a malícia que sua formação cultural não lhe deu.

Assessores do Palácio do Planalto avaliavam ontem que o principal erro de Greca no episódio das festas do Descobrimento foi concentrar as comemorações em Porto Seguro, obrigando Fernando Henrique a passar pelo constrangimento de presenciar uma festa restrita a alguns grupos. Um colaborador próximo, que pediu para não ter o nome revelado, chegou a qualificar as comemorações como “elitizadas”.

Conversas – “Foi um equívoco ideológico; uma festa feita do ponto de vista do colonizador, para homenagear o colonizador”, avaliou o ex-governador Moreira Franco, assessor pessoal do presidente. “Não se pensou na sociedade brasileira de hoje”, completou. O

Wilson Pedrosa/AE- 22/4/2000



Greca, entre FHC e ator, na festa dos 500 anos

presidente evitou fazer comentários oficiais sobre o fiasco da festa dos 500 anos. No sábado, ele solicitou aos ministros da Justiça, José Gregori, e do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, relatórios sobre os acontecimentos em Porto Seguro.

Ontem o general Cardoso esteve no Palácio da Alvorada, mas segundo o porta-voz, Georges Lamazière, foram

apenas conversas preliminares. Oficialmente, Fernando Henrique voltou a afirmar que toda a ação da segurança se pautou pela necessidade de garantir que alguns segmentos impedissem as manifestações de outros. “O presidente lamenta que os dirigentes políticos presentes não tenham colaborado para assegurar o respeito à democracia”, disse Lamazière.

O porta-voz negou oficialmente a saída de Greca e acrescentou que para Fernando Henrique, “do ponto de vista oficial, a festa em si foi bem organizada”.

■ Mais informações nas páginas 12 e 13

ALEGAÇÃO
É
DESMENTIDA
POR FHC

PORTA-VOZ
NEGA
A
SAÍDA

Ex-presidente da instituição admite que teve embates durante a gestão

Marés afirma que teve “discussões difíceis” sobre exploração de ouro e madeira

BRASÍLIA – O ex-presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, disse ontem que é “impossível” conciliar mineração com preservação da cultura de algumas tribos indígenas, que não assimilam esse tipo de atividade econômica. Antes de deixar o cargo, Marés afirmou que teve “discussões muito difíceis” dentro do governo sobre exploração de ouro e madeira em comunidades indígenas, durante a elaboração das mudanças no Estatuto do Índio, enviadas ao Congresso Nacional na semana passada.

Marés exemplificou os ianomâmis como uma das tribos que não conviveriam de forma conciliatória com a mineração. Segundo o ex-presidente da Funai, os ianomâmis “têm concepção contrária à mineração”. Ele afirmou que o ouro, na visão desses índios, é “bom” quando está dentro da terra, mas quando “cozido” solta a “xauara”, que seria uma fumaça mortífera.

O ex-presidente da Funai, no

entanto, advertiu que o Estatuto do Índio prevê que a mineração será aprovada “caso a caso”, obedecendo às especificações das terras indígenas e às tradições culturais de cada tribo.

Marés acredita que a mineração jamais poderia ser aprovada pela Funai em terra ianomâmi. O Estatuto do Índio prevê que o tema terá de ser acompanhado pela Funai e pelo Ministério Público.

Aviões – Marés admite que teve embates também com outras áreas do governo. Desde que entrou no cargo, em novembro, ele vinha resgatando vários bens que tinham sido repassados à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), ligada ao Ministério da Saúde. O governo federal retirou a área de saúde indígena do domínio da Funai e, com isso, transferiu também vários aviões e embarcações para a Funasa.

Marés disse que recuperou esses bens por entender que estavam representando um “desmanche” da Funai. O ex-presidente da entidade é procurador no Paraná e professor de direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em Curitiba. (H.M.)